

## **Produção Comunicativa e Experiência Urbana<sup>1</sup>**

Janice Caiafa<sup>2</sup>

Professora Adjunta

Escola de Comunicação - Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **Resumo:**

As cidades se constituem historicamente como um meio heterogêneo, reunindo estrangeiros de diversas procedências. O meio urbano é caracteristicamente diverso, e ali o encontro com desconhecidos em situações em geral imprevisíveis gera um universo de circulação e comunicação muito singular. Neste trabalho, exploramos as características do meio urbano na perspectiva dos processos comunicativos e subjetivos. Examinamos também os possíveis tratamentos da variedade urbana em diferentes configurações de cidade. Em seguida, apoiando-nos também no exemplo do transporte coletivo urbano, discutimos como a produção de espaços coletivos – em que divisamos um papel do setor público – é fundamental para que essa experiência urbana da alteridade seja possível.

### **Palavras-chave:**

Comunicação e culturas urbanas; Metrôpoles e hibridismo cultural; Espaços coletivos; Processos comunicativos; Processos de subjetivação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 21 – Comunicação e Culturas Urbanas, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

<sup>2</sup> Doutora em antropologia pela Universidade de Cornell, E.U.A., poetisa e tradutora. Publicou, entre outros, Nosso século XXI: Notas sobre Arte, Técnica e Poderes (Relume Dumará), Jornadas Urbanas (Editora FGV), Cinco Ventos (7Letras) e Ouro (7Letras). Traduziu As Rosas, poemas franceses de Rainer Maria Rilke (7Letras).

## 1. Um espaço singular de comunicação

Historicamente as cidades surgem atraindo estrangeiros, desafiando tradições, produzindo fluxos de imigrantes e gerando assim um meio heterogêneo. Embora esta heterogeneidade tenha destinos diferentes nas várias configurações de cidade, a experiência urbana envolve diversidade e exposição em algum grau à diferença. Nos lugares de ocupação coletiva – como as ruas, e também os meios de transporte coletivo – cruzamos constantemente com desconhecidos, estranhos que passam de alguma forma a povoar nosso mundo. É um espaço de comunicação muito singular que se constitui no contexto desses encontros com desconhecidos num meio de descontinuidades e diferenças.

Em *Jornadas Urbanas*, argumentei que nas cidades gera-se um poderoso *espaço de exterioridade*,<sup>3</sup> em contraste com o interior dos espaços fechados dos meios familiares e do pequeno povoado – um espaço heterogêneo em que nos encontramos constantemente na vizinhança de estranhos e em que experimentamos de algum modo essa mobilização. Uma das características da experiência nesse meio é que ali não somos facilmente localizáveis, ao contrário do que se passaria numa reunião entre conhecidos. Nossa inserção social e nossa identidade podem não ser tão claras, mesmo que se criem hipóteses e expectativas. Este aspecto acompanha o tão citado anonimato que se costuma apontar como inerente à vida urbana. Outra característica é que as situações tendem a ser marcadas pela imprevisibilidade, precisamente porque se trata de desconhecidos que frequentam um espaço em alguma medida aberto. Estas características configuram o grande atrativo das cidades,<sup>4</sup> por outro lado motivando freqüentemente a crítica de seus detratores. Em qualquer caso – e considerando-se as especificidades de cada configuração urbana – permanece como marca da cidade a experiência do estranhamento e do inesperado que a exposição a diferenças impõe. É o que a caracteriza como um universo de circulação e comunicação muito particular.

O contexto urbano permite explorar aspectos interessantes do problema da comunicação. A experiência do contato com estranhos, como ela se apresenta nas

---

<sup>3</sup> Caiafa, Janice. *Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>4</sup> Caiafa, J. “Comunicação e diferença nas cidades”. *Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, nº 18, novembro 2002-junho 2003.

idades, leva freqüentemente a evocar os processos comunicativos em seus aspectos de alteridade, antes que de reconhecimento. Chamei esse aspecto dos processos comunicativos de "comunicação da diferença".<sup>5</sup> Neste caso, o ato comunicativo não está subordinado às marcas reconhecíveis do código ou às repercussões identitárias dos sujeitos envolvidos. Ele se dá por isto também, mas no mesmo golpe é enfatizada uma dimensão de estranhamento. É assim na experiência de contato com estranhos nos meios urbanos de ocupação coletiva. Ali a alteridade é um componente particularmente ativo nos processos comunicativos.

### 3. Um espaço feito de fora

A cidade surge atravessada por circuitos e trajetórias<sup>6</sup>. Historicamente as funções urbanas se desenvolvem quando a cidade se torna um lugar de atração para desconhecidos que vêm de fora, seja por motivos comerciais ou por conquista.<sup>7</sup> É o viajante, o comerciante, o escravo, o refugiado. Mumford observa que até mesmo o inimigo invasor teve um papel no desenvolvimento urbano. É portanto *capturando atrativamente* uma exterioridade que a cidade se constitui. A cidade é um momento, um ponto de conexão ou convergência de trajetórias, um ponto de atração onde os circuitos se reúnem momentaneamente e ela se produz precisamente por aí. É assim que Deleuze e Guattari podem afirmar que a cidade se expande num espaço "horizontal", que ela "só existe em função de uma circulação e de circuitos; ela é um ponto assinalável sobre os circuitos que ela cria ou que a criam".<sup>8</sup>

Esses fluxos trazem constantemente estranhos que são atraídos pela cidade, *outsiders* que vão constituir a população urbana. As cidades não emergiram historicamente apenas ou sobretudo no quadro de um processo de sedentarização quase compulsória. Não foi apenas a servidão imposta a grupos agrícolas que reuniu a população heterogênea e constituiu as atividades diversificadas das cidades. Mumford (1961) deixa claro que a esse aspecto da constituição das cidades, que ele chama de

---

<sup>5</sup> Caiafa, J. "Comunicação da Diferença". Revista Fronteiras, vol VII, nº 1. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade da Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.

<sup>6</sup> Deleuze, Gilles e Félix Guattari. "7.000 A.C. Aparelho de captura". Mil Platôs, vol. 5. Rio de Janeiro: editora 34, 1997; Virilio, Paul. Vitesse et Politique, Paris, édition galiléé, 1977 e L'Espace Critique, Christian Bourgois, Paris, 1984.

<sup>7</sup> Mumford, Lewis. The City in History, Harcourt, Brace & World, Inc., New York, 1961.

<sup>8</sup> Deleuze, G e F. Guattari, op. cit.

*container* (continente), aliou-se um outro, o de *magnet* (ímã). O termo “ímã” já é usado por Ebenezer Howard e Mumford assinala sua utilidade na medida em que envolve a idéia de “campo” (*field*) e de “ação à distância”. A cidade estende sua ação para além de seus limites e se constitui por esse campo que gera. A cidade como *container* concentra atividades e agentes sociais num campo fechado. Mas a cidade precisa atrair mesmo antes de conter, observa Mumford. São interessantes essas afirmações do historiador porque nos permitem conceber a cidade não só ou prioritariamente como um processo de sedentarização, mas envolvendo um *nomadismo*. Ela precisa ser um ímã para estranhos de toda sorte que vão povoar esse espaço de constante movimento, esse campo atravessado por trajetórias e em expansão horizontalmente. Na origem das cidades existe um *movimento*, um *deslocamento*, fluxos que vêm de fora e que vão criar um nomadismo propriamente urbano, constituir a cidade como lugar de circulação e dispersão.

Por toda a parte, constata-se que o desenvolvimento das cidades é acompanhado por “um esforço deliberado para romper com o isolamento e a auto-suficiência da aldeia”. Mumford afirma que a ocupação das cidades foi, ao menos em parte, “um ato responsivo de escolha”. Cada vez mais as pessoas procuravam as cidades por desejo, se tornavam parte dela por “adoção consentida e participação”. É que, diferente do grupo primário em que só o nascimento e o casamento permitiam a entrada do indivíduo, a cidade “oferecia uma abertura para estranhos e *outsiders*”. A cidade se abria a estrangeiros, refugiados, lhes oferecendo algum tipo de inserção, de pertinência — não uma integração, mas um lugar nos fluxos urbanos, nessa mobilização que só a cidade realiza.

Deleuze e Guattari falam de uma “recodificação urbana”. É que esses fluxos se territorializam, há o estabelecimento de marcas, de códigos que estriam, delimitam, hierarquizam. É o aspecto de continuidade das cidades, que Mumford descreve como um mesmo “milieu” a que as populações se dirigem e nesse caso a cidade é um permanente “lugar de encontro”. Mas essa recodificação é local e não global, como afirmam Deleuze e Guattari. As marcas são constantemente redistribuídas, os códigos deslocados, porque a cidade não cessa de ser atravessada por fluxos que modificam seu espaço social e físico.<sup>9</sup> Mumford diz que a cidade, além de constituir um lugar permanente de encontro para

<sup>9</sup> Caiafa, J. "Comunicação e diferença nas cidades", op. cit.

populações de diversas procedências, proporcionou também e ao mesmo tempo para os que lá se estabeleciam “o desafio de experiências da exterioridade” (*the challenge of ‘outside’ experiences*). Assim, a cidade reúne os nômades e no mesmo golpe oferece um novo tipo de nomadismo aos que estão “em casa”. Trata-se de uma recodificação sempre local, atravessada por novos fluxos que a mobilizam.

Há uma constante mobilização, que é em parte física mas envolve uma transformação mais forte, um investimento na diferença e na singularização. A cidade se constitui como exterioridade, como exposição, acolhendo estrangeiros, fazendo — mesmo para os que estão em casa — desse estrangeirismo um devir.<sup>10</sup> Gera-se uma *inquiétude*<sup>11</sup> característica dos meios urbanos, que nos faz desejar ir além do reconhecimento das pequenas vizinhanças, desejar ir a rua para nos misturar, para experimentar os encontros e enfrentar os riscos.

É em conexão com essa noção de inquietude que tenho tematizado a questão dos transportes coletivos, sobretudo o transporte por ônibus na cidade do Rio de Janeiro. O transporte coletivo é um grande agente dos desafios da cidade porque ele constrói o acesso aos lugares e pode criar em seu meio mesmo um tipo de ocupação coletiva do espaço urbano. A ocupação do espaço em movimento, quando nos transportamos coletivamente, envolve também um confronto ou um encontro com desconhecidos, que nesse caso viajam conosco. O transporte coletivo, ao distribuir de alguma forma a população, ao conduzir para longe das vizinhanças, tem um aspecto dessegregante. Ocorre uma *dessegregação*, mesmo que provisória e local. O transporte coletivo reúne à sua maneira desconhecidos e dispersa a população, realizando ele mesmo uma abertura.<sup>12</sup>

Como afirmei acima, nas cidades se gera um poderoso *espaço de exterioridade*, em contraste com o interior dos espaços fechados dos meios familiares e provincianos. Um espaço que precisamente recebe esses estranhos, egressos de fora mas também da própria cidade, uma vez que ela se constitui *como exterior*. A diversidade tende a

---

<sup>10</sup> Para Deleuze e Guattari, “devir” é uma comunicação transversal com um heterogêneo. No nível “molar” a sociedade nos segmenta binariamente, produzindo categorias identitárias (homem x mulher, negro x branco, etc.). Contudo, os fluxos de desejo estão sempre escapando dessas dicotomias num nível “molecular”. Um homem pode ser tomado por um “devir-mulher” ou um “devir-criança”, em que ele não é ou imita, mas se torna mulher, criança. São transversalidades (comunicação com uma intensidade de outro sexo, outra época, outro reino ou espécie) que desterritorializam as representações molares. O devir não diz respeito ao ser, à identidade, mas a um tornar-se, a uma experiência de alteridade e transformação.

<sup>11</sup> Caiafa, J. “Voyages Urbains”. Chimères, Hiver 2001, n° 41.

<sup>12</sup> Para todos esses pontos, cf. Caiafa, J. Jornadas Urbanas, op.cit.

produzir todos como estranhos e deveríamos entender “espaço de exterioridade” em toda a radicalidade do termo, como um espaço feito de fora. Esse convívio com estranhos, tantas vezes lamentado e criticado como uma mazela da cidade, só é imediatamente condenável do ponto de vista do reconhecimento, da sedentarização, do *container*. A heterogeneidade pode produzir efeitos interessantes, dispersando as recorrências do familiar, provocando encontros, introduzindo o imprevisível na vida dos habitantes da cidade, fazendo experimentar, evitando a repetição rotineira. Já afirmei em outros trabalhos que existe toda uma criatividade nesse modo de vida que pode favorecer uma singularização, introduzindo variação nos processos subjetivos.<sup>13</sup> Da mesma forma, a conversação que tem lugar nesse meio heterogêneo tende a se realizar muito mais pela novidade da mensagem, por aquilo que não podemos reconhecer na enunciação do outro. São as conversas com desconhecidos – nos veículos coletivos, por exemplo – e mesmo o silêncio que pode ocorrer nesse meio diverso, envolvendo uma contemplação ativa da variedade urbana que, em alguma medida, também nos transforma.<sup>14</sup>

Há uma positividade na experimentação urbana dos riscos e encontros. Vimos como Mumford também indica e destaca a importância desses processos (“encontros”, “desafios”, “transações”, “interações”) para o que ele denomina desenvolvimento das civilizações. Há um sair de si, uma abertura do sujeito para a subjetividade quando se vislumbram ativamente esses mundos. Claude Lévi-Strauss aponta essas virtudes na experiência etnográfica.<sup>15</sup> Ali o contato com o outro envolve uma recusa de si. O antropólogo obtém “um si-mesmo que se revela como outro”. A fundação das sociedades se apóia neste processo – quando é possível a identificação com um outro que não é um parente, mas um homem qualquer, “um ser vivo qualquer”. A antropologia ativaría essa experiência, essa recusa das “evidências do eu”. Richard Sennett fala de uma perda de “auto-definição”, referindo-se às cidades.<sup>16</sup> A exposição à diversidade poderia levar o

---

<sup>13</sup> Seguindo o texto de Guattari, concebemos subjetividade como produção. A subjetividade, embora vivida individualmente, é produzida no registro social a partir de componentes heterogêneos. Entre estes não figura apenas a história pessoal do indivíduo, mas processos sociais e materiais que dizem respeito à sua relação com os outros, com a mídia, a cidade, o corpo, a linguagem, etc. São componentes heterogêneos, internos e externos, em constante processualidade — a subjetividade não é nunca um produto, mas produção. Assim, podemos dizer que os processos sociais e materiais nas cidades podem nos afetar diretamente, produzir desejo, compor a sintagmática subjetiva.

<sup>14</sup> Caiafa, J. "Conversações". *Contracampo*, 10/11, Edição Especial, 2004.

<sup>15</sup> Lévi-Strauss. *Claude*. "Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem". *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

<sup>16</sup> Richard Sennett. *The Conscience of the eye*. W.W. Norton & Company, New York and London, 1992.

indivíduo “até a borda de si mesmo”, quando então ele se volta para fora e se conecta com o outro. São dois modos de apontar também, creio, tanto para a abertura subjetiva ou a dispersão de focos de subjetivação, quanto para a prática comunicativa da diferença que a mistura urbana pode provocar.

#### **4. Diferentes tratamentos da variedade urbana**

Mas como se produz essa atividade? Como se dá efetivamente a experiência de alteridade e da comunicação da diferença no espaço de *outsiders* das grandes cidades? Porque a variedade pode não produzir necessariamente alteridade. A diversidade nem sempre produz diferença, ela pode ser pacificada, disciplinada em guetos geográficos e pessoais. É o caso da configuração urbana que predomina nos Estados Unidos. A experiência cultural americana foi desde o início marcada pela segregação. Os primeiros puritanos que se estabeleceram na Nova Inglaterra mantiveram os índios constantemente à distância e mesmo com a terra que encontraram a relação era de recusa ou evitação. Era a “wilderness” que era preciso transformar nos “Jardins de Cristo”, para torná-la habitável. Num longo e complexo percurso, os novos ocupantes tenderam a adotar o mesmo método de separação nítida e evitação de mistura. Há uma vizinhança entre essa experiência cultural, acredito, e o processo intenso de guetificação típico das cidades americanas, em que cada grupo segregado ou segregante se fecha em sua identidade e tende a evitar contatos.<sup>17</sup> É uma preservação, mas precisamente das identidades, que permanecem intactas. Aqui não há a rigor produção de diferença. A diversidade dos grupos produz um espaço fechado e não a circulação ou a dispersão, a mobilização e a mistura urbanas.

Na maioria das cidades americanas temos uma organização do espaço físico e social muito particular, caracterizada por grandes áreas residenciais segregadas, cujo acesso é feito sobretudo ou exclusivamente por automóvel privado. São os subúrbios, onde a classe média se separa da cidade, muitas vezes levando os serviços e as facilidades para seu espaço e desativando o espaço coletivo, esvaziando as cidades. Ora, a experiência expandida de outrem não pode vingar senão em espaços coletivos. A cidade

---

<sup>17</sup> Caiafa, J. "The American frontier", in *Fast trips and foreignness: an anthropological study of Hispanic women as other in American Society*. Tese de Doutorado. Cornell University, Ithaca, N.Y., E.U.A.

privatizada favorece o contato com os conhecidos e os encontros tendem a ocorrer em lugares previstos, em situações controladas.<sup>18</sup> Ali o estrangeiro não tem vez, não há acolhida para os estranhos, salvo no reconhecimento, quando precisamente não são mais estranhos. É preciso encaixar-se em alguma identidade e lá ficar, e o estrangeirismo não se torna um devir em que qualquer um poderia ingressar, não produz diferenciação. É a desativação da cidade. Sennett também comenta que seria preciso franquear as fronteiras para que o que ele denomina “um uso não antecipado do espaço” ocorresse (“fronteiras flexíveis e não muros”).<sup>19</sup>

Nova York é, em muitos momentos e lugares, uma grande exceção a esse modelo de desurbanização. Em outro trabalho, indiquei que em Nova York se desenvolvia um dispositivo de alteridade (“othering device”), devido a uma série de particularidades de sua configuração urbana e de sua história.<sup>20</sup> Mas não seria, novamente, nos guetos que acharíamos essa experiência de alteridade, mas antes num lugar como o East Village, por exemplo, onde uma indefinição parece predominar e a mistura urbana se realiza em algum grau. Ali há produção de espaços coletivos, sem os quais os riscos e desafios urbanos não podem ocorrer.

## **5. Aventura urbana**

É de Deleuze e Guattari a sugestão de que a cidade teria uma aventura própria, uma autonomia em relação aos procedimentos do Estado e do capitalismo. Seria preciso esclarecer alguns pontos da problemática do Estado e da cidade, inclusive para definir melhor o estatuto dessa aventura. Como vimos, ela pode ser neutralizada, desativada, mas continuamos a afirmar aqui que ela insiste, em algum nível e grau, como a singularidade da experiência urbana.

Deleuze e Guattari buscam explicar o surgimento do Estado propondo um rompimento radical com qualquer forma de evolucionismo. Para isso concebem uma causalidade “às avessas”, sem finalidade, paradoxal, em que de alguma forma o futuro pode ter ação sobre o presente. Demonstram isto no caso das sociedades primitivas, caracterizadas, segundo eles, por “mecanismos antecipatórios e conjuratórios”. Para

---

<sup>18</sup> Ibid., “Conduct and territory in American cities”.

<sup>19</sup> Sennett, R. op. cit., p. 196.

<sup>20</sup> Caiafa, J. “New York City”, in *Fast trips and foreignnesses*, op. cit.

Pierre Clastres, as sociedades primitivas não eram ou não são uma etapa anterior às sociedades de Estado no quadro de um evolucionismo. Eram “sociétés contre l’État”: elas desenvolviam ativamente mecanismos que conjuravam o Estado, que o repeliam, embora ele não existisse ainda. Tal situação obriga a supor um pressentimento da parte dessas sociedades que permanecia inexplicado na obra de Clastres. É que, afirmam Deleuze e Guattari, o Estado já existia todo o tempo e por toda a parte. Essas sociedades não eram isoladas, mas mantinham relações umas com as outras, contatos longínquos que inclusive passavam por Estados. O Estado não veio depois, num momento de fracasso das forças de conjuração. Para entender a irrupção desse poder separado da sociedade e que veio para comandá-la e “dar um sentido positivo” ao pressentimento, seria preciso mostrar que “o que não existe já age sob uma outra forma que não aquela de sua existência”. São os mecanismos ao mesmo tempo antecipatórios e conjuratórios. Nas sociedades primitivas, que sempre coexistiram com Estados numa rede complexa, haveria mecanismos de guerra contra o Estado, mas também vetores que o buscariam. E, ao mesmo tempo, haveria nos Estados e fora deles movimentos que tenderiam a aboli-lo. No horizonte dessas sociedades “contra o Estado”, o Estado não existe, ele não se instaurou, mas “preexiste a título de limite conjurado”.<sup>21</sup>

Da mesma forma, o nômade não vem antes do sedentário, os caçadores-coletores antes dos agricultores: “o nomadismo é um movimento, um devir que afeta os sedentários, assim como a sedentarização é uma parada que fixa os nômades”. Não se trata de inferir uma evolução — mesmo que em zigue-zague, com idas e voltas — do nômade ao sedentário, do primitivo ao Estado. Não há que fixar esses momentos numa topologia, mas conceber uma “coexistência de devires”. Esses processos estão em constante interação. O poder central, portanto, irrompe como uma tomada de consistência ao ser antecipado, deixa então de ser conjurado “e acontece”. Aparece portanto “em função de um limiar ou de um grau”: um limiar de consistência.

É nesse quadro da causalidade paradoxal dos mecanismos a um tempo antecipatórios e conjuratórios, e dos limiares de consistência, que os autores distinguem Estado e cidade e retomam a questão do triunfo do capitalismo. Nessa história contingencial, que rompe ao mesmo tempo com o evolucionismo e com a dialética,

<sup>21</sup> Deleuze, G. e F. Guattari, op. cit., p. 116-129,

Estado e cidade assinalam limiares. Vimos acima como as cidades se expandem horizontalmente, em rede, em função de circuitos e trajetórias, e como se constitui um espaço de exterioridade, feito de fora. É que o limiar da cidade é de “trans-consistência”. Há uma recodificação, mas “urbana e itinerária”, uma integração completa mas local, “e de cidade em cidade”. As marcas e as hierarquias se formam, mas não há uma recorrência que as verticalize, já que a cidade é constantemente atravessada por fluxos. O poder central ali se instaura mas ele é de “polarização ou de meio”, ou seja, de estabelecimento de hábitos<sup>22</sup> — linguísticos, culturais, etc. Já no fenômeno do Estado, “o centro não está no meio mas no alto”. O Estado cria um circuito interior, procede verticalmente e por subordinação, procede por integração global — é um fenômeno de “intra-consistência”. O Estado faz ressoar as marcas (ou pontos, como colocam Deleuze e Guattari) que se estabelecem, ao passo que a cidade as dispersa sempre em algum grau.

Fernand Braudel mostra como, na Antiguidade, a solução imperial se opunha à solução cidade. No Oriente, a presença de Estados Imperiais tendia a concentrar as atividades em torno do palácio e as cidades que prosperavam eram as capitais imperiais.<sup>23</sup> Mumford também indica que a formação das cidades, muito cedo na história, estava ligada a um certo grau de liberdade e descentralização. Na Mesopotâmia, práticas de punição e violência — culminando no conhecido código de Hamurábi — geravam um clima de insegurança e intimidação. A religião era mais um elemento nessa tensão porque os deuses eram inclementes e difíceis de agradar. Esse regime, que ele compara a Estados totalitários da modernidade, tendeu a inviabilizar a cidade, que se tornava “uma espécie de prisão”. No Egito a cidade assume uma outra forma. O faraó é ele mesmo deus, as divindades são benignas e não há a imposição de um poder que inviabilize a constituição das atividades urbanas. Ali, diz Mumford, há mais condições para que a cidade funcione como *magnet*, “centro de atração e aspiração”. Jean-Pierre Vernant demonstrou em belos textos o que Deleuze e Guattari, referindo-se às cidades, chamam de integração local. Na cidade grega, o centro não está no ápice da escala social, mas no meio do grupo humano,

---

<sup>22</sup> Zourabichvili, François. Deleuze, Une Philosophie de l'événement, P.U.F., Paris, 1996.

<sup>23</sup> Braudel, Fernand. Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle, tome 3, Armand Colin, Paris, 1979.

gerando um novo espaço político. A centralidade está no espaço público e comum, não mais no palácio, mas na *agora*.<sup>24</sup>

Existe uma autonomia das cidades, elas vingam como um regime singular de descodificação e desterritorialização, como fenômeno ou limiar de trans-consistência. Esse espaço aberto que elas geram pode ser reassujeitado. A cidade medieval, como a descreve Sennett, opõe o espaço interior e ordenado das catedrais e das casas ao caos da rua. As cidades americanas dependentes do automóvel criam à sua maneira um circuito interior como espaço de recorrências, inviabilizando a ocupação coletiva e a rua como lugar de riscos e trocas. É que esse regime singular das cidades, presente em suas origens, como constatam tantos historiadores, é um *devenir*. Não diz respeito ao que elas definitivamente são, mas ao que se tornam sempre que possam afirmar sua autonomia, emancipar-se da sobrecodificação do Estado e da axiomática capitalista. É um certo *limiar* que se atinge no campo molecular da interação e coexistência de limiares.

## 6. Produzir espaços coletivos

O capitalismo triunfará pela forma-Estado e não pela forma-cidade: precisamente quando os Estados ocidentais se colocarem a serviço da axiomática capitalista,<sup>25</sup> quando tiverem se tornado seus “modelos de realização”, e “por essa razão, reassujeitado as cidades”.<sup>26</sup> O capitalismo precisa do procedimento vertical do Estado, do espaço interior do Estado para realizar a sua axiomática. Não é a cidade que cria o capitalismo. Aqui Deleuze e Guattari estendem a hipótese dos mecanismos antecipatórios e conjuratórios às cidades. Se as cidades comerciais já antecipam e realizam o capitalismo, não o fazem sem inibir a conjugação dos fluxos descodificados, em que o capitalismo se apóia. O capitalismo descodifica, abre os códigos sociais estritos das sociedades tradicionais, mas para recodificá-los no espaço de seus axiomas (propriedade privada, trabalho explorado, privatização do desejo, etc.). O limiar-cidade não favorece essa conjugação geral dos

---

<sup>24</sup> Vernant, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. São Paulo: Difel, 1984.

<sup>25</sup> Deleuze, G. e F. Guattari mostram como a dominação capitalista caracteriza uma axiomática. Por exemplo, pelo fato de suportar uma heterogeneidade dos modelos de realização, desde que isomorfos aos axiomas que efetuam; ou pela possibilidade de adicionar ou subtrair axiomas, etc. Cf. Deleuze e Guattari, "7.000 A.C. Aparelho de Captura" op. cit.

<sup>26</sup> Deleuze, G. e F. Guattari, "7.000 A.C. Aparelho de Captura" op. cit., p. 125.

fluxos por ser um fenômeno de exteriorização, onde a integração é local e a recodificação segue também um itinerário, as marcas são móveis. Se as cidades antecipam o capitalismo, dando chance a seu aparecimento, elas também o conjuram em algum grau. Os mecanismos antecipatórios e conjuratórios nas cidades poderiam portanto atuar de certa forma contra o Estado e contra o capitalismo.

É uma tentativa de divisar os processos maquínicos que constituem ou definem as diversas formações sociais: as sociedades primitivas se definem por mecanismos de antecipação- conjuração; as sociedades urbanas por instrumentos de polarização, etc. Mas como são processos num campo de interação e de limiares, há uma relação de *coexistência* entre as diversas formações. Elas coexistem de modo extrínseco e intrínseco. Na coexistência extrínseca, que Deleuze e Guattari chamam também de interação, temos o Estado no horizonte das sociedades primitivas. Por outro lado, quando o Estado sobrecodifica os fluxos, à captura sempre escapa algo que resiste nas sociedades primitivas ou foge sob a forma-cidade. Compreendemos também por aí como a forma-Estado convive hoje no quadro das organizações mundiais — o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial de Comércio, as grandes Multinacionais, que são também organizações políticas, além do tipo liga de nações como a ONU. O Estado renuncia a algumas funções apenas para melhor servir a axiomática mundial do capitalismo. Ele se encontra encaixado nessas máquinas mundiais. O capitalismo em suas recentes mutações utiliza os Estados e todas as formações sociais, inclusive a cidade, como modelos de realização de sua axiomática

Há também a coexistência intrínseca dos processos maquínicos.<sup>27</sup> “É que cada processo pode funcionar também sob uma outra ‘potência’ que não a sua própria, ser retomado por uma potência que corresponde a um outro processo”.<sup>28</sup> Por exemplo, os mecanismos de antecipação-conjuração não se exercem somente nas sociedades primitivas mas, como vimos, nas cidades também, quando elas conjuram a forma-Estado

---

<sup>27</sup> Na obra de Deleuze e Guattari, “máquina” não diz só respeito à máquina técnica. Eles falam de máquinas sociais, máquinas desejantes, máquinas literárias, máquinas estéticas, etc. Os processos maquínicos ocorrem sempre agenciados, ou seja, arranjados, conectados, em agregação. Os agenciamentos maquínicos reúnem componentes diversos, de várias máquinas, mobilizando sempre multiplicidades. São esses processos múltiplos que definem os modos de produção, as formações sociais e outros fenômenos molares. Seria preciso descrever esse regime molecular de multiplicidades que define territórios (linguísticos, políticos, econômicos, sociais), ao mesmo tempo em que está sempre à mercê de desterritorializações.

<sup>28</sup> Deleuze, G. e F. Guattari, op. cit., p. 128.

ou o capitalismo. Da mesma forma, por essa “potência de transferência”, eles podem agir também nos Estados que então poderiam conjurar o capitalismo. “Cada potência é uma força de desterritorialização”, escrevem Deleuze e Guattari.

## **7. Produção do coletivo e alteridade**

Nesse campo em que tudo perpetuamente interage, é possível conceber portanto que o Estado conjure o capitalismo. Trata-se de um fenômeno interessante que atinge em cheio as cidades. A cidade como regime singular de integração local, circuito de trajetórias, espaço de exterioridade e de comunicação da diferença só se realiza quando há produção de espaços coletivos. Como vimos, a privatização do espaço urbano conduz a um circuito fechado onde a experiência com o estranho, o estrangeirismo como devir não acontecem. Aqui a cidade perde toda a sua capacidade de revide, a sua aventura própria. Ora, a liberdade de movimento e expansão que o capitalismo admite e em que se apóia favorece apenas os fluxos do capital. Ele não suporta a viagem das cidades, que são um outro regime. Ele precisa mesmo de circuitos fechados em que outros fluxos serão interrompidos em prol dos seus, ele precisa interromper de seu jeito para deixar fluir mais além o que lhe interessa. A cidade se coloca a serviço desses ditames precisamente quando a heterogeneidade urbana é disciplinada num tipo de variação controlável de espaços demarcados e privatizados. E aqui o Estado pode assumir um papel inusitado e agir contra a privatização da cidade. Com a condição de que ele deixe por um momento de servir à axiomática capitalista e consiga produzir espaços coletivos. Nesse caso, o Estado pode de alguma forma conjurar o capitalismo — nessa vizinhança dos diversos processos — agora “sob uma outra potência”.

O transporte coletivo nos fornece um exemplo muito interessante. A experiência etnográfica mostra que ali também o imperativo do lucro, emblema do capitalismo, não consegue trazer o serviço. É interessante que os Estados Unidos, que têm sistemas de saúde e de educação ultra privatizados, realizem uma experiência totalmente diferente nos transportes. É fato que as cidades americanas sofreram um processo continuado e irreversível de suburbanização, ou seja, de privatização do espaço urbano e segregação social. Contudo, o que se verifica é que hoje não só há preocupação com o transporte coletivo em nível de políticas públicas, mas efetivamente a presença do setor público

tende a ser expressiva no transporte regional no país inteiro. De fato, é constatável um sentimento a favor da presença do Estado ao longo de toda a história dos transportes coletivos no país. Os metrô foram construídos com dinheiro público mas de início eram operados pelo setor privado. A operação das linhas de bonde e de ônibus também cabia a empresas privadas. Com o declínio do transporte de massa devido à suburbanização, essas empresas entraram em falência e a solução encontrada foi sua encampação pelo setor público. Outras soluções nesse caso seriam imagináveis: por exemplo, o Estado poderia ter insuflado capital nessas empresas, ou poderia ter desregulamentado a tarifa, que naquela época não podia passar de um níquel (5 centavos de dólar), lançando sobre os usuários o ônus das dificuldades das empresas. Mas a encampação foi um desenlace que veio a consolidar esse sentimento a favor da presença do Estado no setor dos transportes. Foram criadas as MTAs (Metropolitan Transit Authorities), agências públicas estaduais. A MTA de Nova York, além de se ocupar do imenso sistema de metrô, é responsável por 80% do transporte de superfície na cidade.<sup>29</sup>

Em Nova York existe um perceptível apoio da população à atuação da MTA. Em contraste, as empresas que operam apenas algumas linhas de ônibus são alvo de muitas críticas. Nova York tem um amplo e eficiente sistema de transporte de massa, o maior do país. Vimos como a configuração urbana de Nova York foge ao modelo dependente do automóvel. Sem dúvida o transporte coletivo eficiente é uma figura dessa aventura própria de Nova York no cenário do país.

A solução pública nos transportes que é adotada pelos Estados Unidos é pouco citada na literatura. De fato, em geral o país só é lembrado quando se quer argumentar a favor da privatizações, como no caso de nossas Universidades públicas. No Rio de Janeiro, os ônibus, principal meio de transporte, funcionam nas malhas de um modelo privado e concentracionário. Poderíamos também pensar nas privatizações de estatais no Brasil, vendidas a preços módicos, que lançaram setores estratégicos da economia nas mãos do capital internacional e encareceram e pioraram os serviços. Por toda a parte parece ser fácil constatar que o esquema de custos versus lucro não pode trazer o serviço.

---

<sup>29</sup> Caiafa, J. "Transporte coletivo nos Estados Unidos e a aventura própria de Nova York", Estudos Históricos, nº 27, Rio de Janeiro, CPDOC, FGV, 2001.

A opção pelo público nos transportes nos Estados Unidos é bem loquaz nesse sentido, embora não seja essa a receita que eles impõem ao Terceiro Mundo.

No caso dos transportes, e no caso da cidade, o Estado pode funcionar como produtor de espaços coletivos. Se a sua presença vem impedir a exploração do trabalhador ou minimizá-la, regulamentar um serviço para que ele não se torne mercadoria, proteger um direito da população — então ele estará agindo agora sob uma outra potência. Se ele não capitular à agenda do capitalismo globalizado, poderá, em algum momento e em algum grau, desatar o laço que une a cidade à empresa e, à sua maneira, conjurar o capitalismo. A coexistência intrínseca dos processos maquínicos nos autoriza a admitir essa atuação. No quadro das recentes mutações do capitalismo, a presença do setor público é cada vez mais importante na medida em que ele possa servir de opacidade, de obstáculo ao regime de fluxos do capital globalizado. Para que algo possa fluir em outro lugar.

Nossa época é a da condenação fácil do Estado e do elogio da empresa e das supostas benesses da privatização. A problemática da ocupação urbana e, em especial, a questão do transporte coletivo nas cidades nos leva a questionar esse axioma. Demonstram que os imperativos do lucro, que sobrevivem inclusive nas mutações mais "flexíveis" do capitalismo, não são compatíveis com a produção de espaços coletivos, condição indispensável para a experiência urbana da alteridade. O Estado sob uma nova potência pode contribuir para garantir essa independência da cidade, sua aventura própria, onde florescem a criatividade dos processos subjetivos e a comunicação da diferença.

### **Referências bibliográficas**

BRAUDEL, Fernand. 1979. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, tome 3. Paris, Armand Colin.

CAIAFA, Janice. 1991. *Fast trips and foreignnesses: an anthropological study of Hispanic women as other in American Society*. Tese de Doutorado. Cornell University, Ithaca, N.Y., E.U.A.

———. 2001. "Voyages Urbains". *Chimères*, Hiver 2001, n 41.

———. 2001. "Transporte coletivo nos Estados Unidos e a aventura própria de Nova York". *Estudos Históricos*, n° 27. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV.

—————2002. *Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

————— 2003. “Comunicação e diferença nas cidades”. *Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, nº 18, novembro 2002-junho 2003.

————— 2004. "Conversações". *Contracampo*, 10/11, Edição Especial. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*. Niterói: Instituto de Artes e Comunicação Social, UFF.

————— 2005. "Comunicação da Diferença". *Revista Fronteiras*, vol VII, nº 1. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade da Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.

DELEUZE, Gilles e Félix Guattari. 1997. "7.000 A.C. Aparelho de captura". *Mil Platôs*, vol. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: editora 34.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*. 1992. Rio de Janeiro: editora 34.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem”. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MUMFORD, Lewis. *The City in History*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1961.

SENNETT, Richard. 1992. *The Conscience of the eye*. New York and London: W.W. Norton & Company.

VERNANT, Jean-Pierre. 1984. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel.

VIRILIO, Paul. 1977. *Vitesse et politique*. Paris: éditions galilée.

————— 1984. *L'Espace Critique*, Christian Bourgois, Paris.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze, Une Philosophie de l'événement*, P.U.F., Paris, 1996.